

## O aborto nas eleições de 2010: apontamentos sobre mídia, política e religião<sup>2</sup>

### ***The theme of abortion in Brazil's 2010 presidential elections: considerations on media, politics and religion***

Denise Maria Mantovani<sup>1</sup>

**Resumo:** *O objetivo deste artigo é apresentar parte da tese de doutorado<sup>3</sup> que analisou a cobertura jornalística das eleições de 2010 nos jornais Folha de S.Paulo, O Estado de S.Paulo e O Globo. De uma agenda inicialmente voltada para a cobertura dos escândalos políticos, esses veículos transformaram sua agenda jornalística num noticiário de viés conservador, com ênfase para enquadramentos antiabortistas na cobertura do segundo turno das eleições. Um dos fatores que contribuiu para essa transformação foi a presença ativa de setores religiosos na esfera política que competiram com outros agentes, inclusive o campo jornalístico, pela definição da agenda eleitoral. Outro aspecto é o papel da internet como ferramenta que vem pressionando a esfera tradicional da mídia na definição da agenda.*

**Palavra chave:** *Mídia, política, eleição 2010, aborto, autonomia reprodutiva das mulheres, enquadramentos da notícia, agenda-setting, mídia e democracia, mídia e gênero.*

**Abstract:** *The aim of this paper is to present part of the PhD thesis[1] which analyzed the press coverage of the 2010 presidential elections in Brazil by the newspapers Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo and O Globo. Initially from a political standpoint, turned to political scandals in the first round of the elections, these media reshaped their journalistic agenda into a conservative news piece, emphasizing anti-abortion framings in the coverage for the second round. One of the contributing factors for such change was the active presence of religious sectors in the political field, in a dispute with other agents — including the media — for the agenda-setting of the elections. Another aspect pointed out by this study is the role of the Internet as an important tool to propagate the views of religious communities and political agents that exert growing influence on setting the agenda of the political debates, a sphere traditionally controlled by the media.*

**Keywords:** *Media, Politics, 2010 Elections, Abortion, Women's Reproductive Autonomy, News Framing, Agenda-Setting, Media and Democracy.*

### **Introdução**

O predomínio dos argumentos morais nos enquadramentos noticiosos presentes na cobertura eleitoral de 2010 é revelador da presença organizada de setores do campo religioso atuando na competição pela definição da agenda política e midiática. O ativismo religioso e sua expressão nas eleições de 2010 é parte das reflexões apresentadas nesse *paper* que tem como objetivo contribuir com os estudos sobre mídia, política e religião. A partir da análise dos 504 textos noticiosos e de opinião que citaram a palavra “aborto” e foram publicados nos jornais *O Globo, Folha de S.Paulo e O Estado de S. Paulo*

no período entre 11 de julho e 31 de outubro de 2010, o objetivo é apresentar uma reflexão sobre a complexidade da produção da agenda jornalística, entendendo seu resultado como parte de tensões e interações, disputas e arranjos entre diferentes forças que competem entre si.

Especificamente neste artigo, pretendemos nos deter na observação sobre os enquadramentos noticiosos orientados pela perspectiva religiosa, que deram sentido à abordagem sobre o aborto e organizaram a disputa eleitoral e o debate público naquela eleição. Outro aspecto importante identificado no estudo sobre a cobertura noticiosa das eleições de 2010 evidenciam as relações de força que competem pela definição do discurso público e as novas ferramentas e ambientes comunicacionais que vem ampliando a esfera da comunicação, o que inclui não apenas as mídias vinculadas às empresas de comunicação tradicionais e seus canais de televisão, jornal, rádio e TV, mas também a internet e suas ferramentas, que vem se constituindo como um novo ambiente de interlocução social com efeitos no campo midiático tradicional.

No entanto, é importante registrar que, apesar das discussões sobre o papel das novas mídias, sobretudo a internet e suas ferramentas, os meios de comunicação tradicionais permanecem centrais no jogo político contemporâneo justamente por sua capacidade de organizar e massificar os discursos, definir a agenda, orientar pautas e destacar problemas que assumem um caráter “público”, de interesse coletivo, o que motiva permanente reflexão teórica sobre o assunto.

Para analisar estas e outras questões o artigo está dividido em três momentos: o primeiro, com uma breve contextualização sobre o aborto no Brasil e a presença de grupos religiosos no debate público e nos espaços da política; a segunda parte apresenta dados da pesquisa sobre a construção do debate midiático em 2010 e como foi orientada por vozes conservadoras do campo religioso e político, que definiram os limites para as controvérsias na mídia. O texto encerra com algumas conclusões oferecidas pela pesquisa e análises teóricas encontradas no estudo.

### **Breve contextualização do aborto no Brasil**

Embora seja tratado como um tabu, o aborto é tema presente na vida de um grande contingente de mulheres. No entanto, a forma como as polêmicas em torno do tema costumam ser retratadas demonstra que o espaço para vocalizações públicas dessas controvérsias é desigual e desfavorável àquelas vozes que defendem uma nova legislação sobre o direito ao aborto.

Estimativas divulgadas pela Organização Mundial da Saúde em 2012 indicam que 22 milhões de mulheres em todo o mundo se submeteriam, anualmente, a abortos inseguros (BIROLI, 2014, p. 2). Ao retratar o tema pela ênfase criminal ou pela moral religiosa, o debate produzido na arena midiática produz retrocessos aos direitos individuais, uma vez que há uma hegemônica presença dos discursos sobre o controle da sexualidade das mulheres quando se trata do direito ao aborto. Ou seja, a discussão está em quem decide e em que circunstância sobre sua realização (BIROLI, 2014, p. 3). Noutra perspectiva, crenças religiosas legitimam constrangimentos à atuação de políticas públicas de controle da natalidade, do uso de contraceptivos, além da oposição sistemática ao aborto voluntário, valorização da concepção de família no modelo convencional e ordem sexual baseada numa relação hierarquizada entre o homem e a mulher, em que o papel da mulher está subordinado ao seu papel de mãe (idem, 2014, p. 3). Estes aspectos estão presentes, mesmo que de forma implícita, nos enquadramentos noticiosos observados neste trabalho.

Embora o aborto não seja um tema novo no debate político brasileiro, a legislação ainda permanece sendo a de 1940, que criminaliza a prática, autorizando o aborto voluntário somente em casos de risco de morte à gestante, ou em caso de estupro. Em 2012, o Superior Tribunal Federal (STF) também autorizou o aborto para situações de fetos anencéfalos. Na esfera política, os pesquisadores Rocha, Rostagnol e Gutiérrez (2009 *apud* BIROLI, 2014, p. 7), apontam três etapas organizadoras da discussão sobre o aborto no Brasil: de 1940 a 1970, um debate restrito e incipiente; a segunda etapa, a partir dos anos 1980, provocado por maior atuação dos movimentos sociais em defesa da democratização do país e dos direitos civis, entre eles o de mulheres; na terceira etapa, a partir dos anos de 1990, o aborto surge como temática a partir do crescimento da luta feminista no parlamento. No entanto, estudos apontam um recrudescimento das manifestações contrárias ao direito ao aborto no legislativo a partir do ano 2000, com uma crescente radicalização das posições conservadoras mobilizadas com a ampliação da presença de católicos e neo pentecostais no Congresso Nacional (MACHADO, 2006; BIROLI, 2014, p. 7).

A discussão constrangida por aspectos morais produz uma “grave assimetria, impondo às mulheres limitações sobre seu corpo que os homens não sofrem” (MIGUEL, 2012, p. 662). O tema revela que permanece de maneira formal na sociedade brasileira uma restrição política do princípio da liberdade civil às mulheres, submetendo-as, na verdade, às imposições do direito patriarcal. O pouco avanço da luta pela legalização do aborto no Brasil evidencia o problema da subordinação

das leis à doutrina patriarcal e aos valores religiosos ainda dominantes no campo jurídico e político, em que “a liberdade civil não é universal, mas um atributo masculino e dependente do direito patriarcal” (PATEMAN, 1993, p. 17).

### **A presença da igreja no debate público**

Há uma intrínseca conexão entre a Igreja e a sociedade brasileira, que remonta aos primórdios da colonização do País. Na perspectiva histórica, o catolicismo trazido pelos portugueses forjou uma religião sincrética (NUNES, 2008, p. 28). Essa característica forneceu os elementos para que a Igreja Católica se adaptasse às transformações e mudanças sociais vividas pelo país desde sua constituição como Estado soberano. Para não perder o vínculo com seus fiéis e conquistar novos adeptos, o catolicismo promoveu mudanças no interior de suas estruturas, de forma a se adaptar às novas situações. Até o final do século XX, a Igreja Católica foi o credo predominante entre os que se declaravam vinculados a alguma religião, com mais de 90% da população denominando-se seguidora do catolicismo, conforme apontava o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1970 (PIERUCCI, 2008, p. 13).

Na segunda metade do século XX, por exemplo, houve uma preocupação com princípios modernizantes e progressistas, sobretudo os de cunho social e político. No período que vai da luta contra a ditadura, nos anos 1960-1984, até o início dos anos 1990, parte da Igreja Católica e seus vínculos doutrinários aproximaram-se dos ideais de mudanças e transformações sociais. Nesse período, as instituições religiosas tiveram um importante papel progressista, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que atuaram ao lado de movimentos sociais de esquerda por democracia e melhor distribuição de renda no Brasil (NUNES, 2008, p. 23; BRITO, 2008, p. 38 e 42; MACHADO, 2012, p. 49).

Já em 2010, o Censo do IBGE mostrou uma nova realidade na religiosidade declarada dos brasileiros, com uma migração para a doutrina evangélica. O estudo *Religião e território no Brasil: 1991/2010* revela que atualmente os três principais grupos religiosos no país são: católicos, evangélicos de missão<sup>4</sup> e evangélicos pentecostais (JACOB; HEES; WANIEZ, 2013, p. 7). Os resultados evidenciam um fenômeno importante ocorrido nos últimos 30 anos. De acordo como o Censo do IBGE de 2010, houve uma tendência progressiva à diversificação religiosa. A Igreja Católica, que até 1989 era detentora de aproximadamente 89% do número de fiéis declarados, em

2010 congregava aproximadamente 65% dos brasileiros distribuídos pelas regiões Nordeste, Minas Gerais e os estados do Sul (PR, SC, RS). Inversamente, os evangélicos de todas as confissões saltaram de 6,6% em 1980 para 22,1% em 2010, assim como os “sem religião” passaram de 1,6% para 8% , com 15,3 milhões de pessoas no mesmo período (JACOB; HEES; WANIEZ, 2013, p. 10).

Com o declínio da proporção de brasileiros declarados católicos, houve um crescimento das religiões evangélicas – principalmente as igrejas vinculadas ao protestantismo histórico, os pentecostais e neopentecostais<sup>5</sup>. Esse crescimento ocorreu, sobretudo, na década de 1990 (CAMPOS, 2008, p. 107). Ao mesmo tempo, os agentes do campo evangélico passaram a ocupar um espaço cada vez mais relevante na arena pública, assumindo posições que transcenderam os limites reservados para a exclusiva manifestação dos ritos religiosos, como os templos e as igrejas. Essa crescente presença dos grupos evangélicos pentecostais na sociedade produziu um acirramento na competição com a Igreja Católica, uma inserção junto aos movimentos sociais e um avanço de seus representantes no campo político com uma presença mais evidente de seus agentes em partidos políticos e nas disputas eleitorais.

Este fenômeno tomou corpo com a eleição de parlamentares evangélicos a partir da última metade do regime militar, avolumando-se no início da redemocratização, em 1985. A estratégia dos evangélicos de ocupar espaços na política partidária permitiu a eleição na Câmara Federal, em 2002, de 55 deputados (CAMPOS, 2008, p. 124). Em 2014, de acordo com o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), o novo Congresso eleito está mais conservador com a redução da presença de parlamentares ligados às causas sociais e o crescimento de representantes religiosos, sobretudo a chamada “bancada evangélica” que cresceu em relação aos 70 deputados eleitos em 2010 e elegeu representantes de maior importância política dentro da hierarquia das igrejas, um indicador de que os temas caros para as doutrinas desses grupos deverão sofrer restrições para avançar no Congresso (“Congresso eleito é o mais conservador desde 1964”, ver SOUZA; CARAM, 2014).

Com uma participação cada vez mais ativa no campo político, os evangélicos pentecostais e neopentecostais tornaram-se um grupo influente e com capacidade de interferir nas decisões políticas em favor de interesses corporativos ou na defesa de uma agenda moral relevante para suas doutrinas religiosas.

Os grupos desse segmento do cristianismo com maior representação na Câmara Federal são justamente os pentecostais que têm reagido de forma sistemática às mudanças na política de direitos humanos propostas, nos últimos dez anos, pelo governo federal com o intuito de ampliar a cidadania de setores femininos e homossexuais (MACHADO, 2013, p. 50).

A estratégia de vincular os parlamentares com as hierarquias das igrejas oferece uma condição peculiar de *pertencimento* junto à comunidade de crentes e tende a ter forte reverberação junto a esse eleitorado devido ao grau de identidade e confiança que essa condição estabelece (MACHADO, 2006, p. 34). Associado ao descrédito dos políticos chamados tradicionais, o ambiente tornou-se favorável para o surgimento de novos agentes oriundos de grupos religiosos (idem, 2006, p. 84).

A inserção desses agentes ao campo político ampliou a preocupação centrada na manutenção ou conquista do voto entre eleitores religiosos e definiu os contornos da controvérsia entre os candidatos, seus apoiadores e a cobertura eleitoral, suprimindo a possibilidade de um debate mais amplo com a presença de argumentos que contemplassem outras posições em relação ao aborto. Esses movimentos reforçam a ideia de que o aborto foi um instrumento da luta político-eleitoral em 2010.

### **O campo jornalístico e os agentes que definiram os contornos do debate eleitoral**

A transformação da polêmica sobre o aborto como agenda midiática permite compreender que o jornalismo constitui-se como uma esfera capaz de “alocar valores” (COOK, 2012, p. 211) com capacidade relativa de influenciar preferências, sugerir interpretações sobre os acontecimentos e chamar a atenção do público para determinados temas nos planos político, social e cultural reforçando determinados padrões e posições dominantes.

Por isso, observar a presença dos atores religiosos como fontes legítimas para tratar a polêmica do aborto nas eleições e no noticiário torna-se importante na medida em que revela como a seletividade de determinadas fontes e aspectos selecionados para compor a notícia beneficiaram certas alocações de valores na cobertura eleitoral. Os discursos socialmente hegemônicos são

reproduzidos como portadores de valores “universais” e os contradiscursos são muitas vezes silenciados ou não se tornam públicos, a não ser como “estereótipos verbais” (MIGUEL; BIROLI, 2012, p. 69).

O enquadramento dominante do aborto como questão moral permitiu o ativismo cristão nas eleições de 2010, marcado pela agressividade em relação aos adversários e pela confusão entre questões de fé e questões de direito – um potencial retrocesso no funcionamento de nossas instituições democráticas (MIGUEL; BIROLI, 2012, p. 20).

O ingresso da temática do aborto nas eleições de 2010 indica a presença da igreja como um ator influente no debate político e expressa sua capacidade para agir estrategicamente. A contextualização dos episódios envolvendo a polêmica sobre o aborto nas eleições de 2010 confirma o que a literatura sobre o agendamento apresenta quanto à relação e interação entre a agenda pública, a agenda política e a agenda jornalística (TRAQUINA, 2000, p. 19).

O ponto central para a mudança na agenda da cobertura eleitoral, revelado pelos dados da pesquisa, tem início a partir do registro da queda nas intenções de voto da candidata petista Dilma Rousseff no eleitorado religioso, captado pelos institutos de pesquisas e publicado inicialmente em 28/09/2010 pela *Folha de S.Paulo*<sup>6</sup>. O assunto, que não era destaque na mídia, chamou a atenção e tornou-se “visível” para o grande público pela repercussão provocada no noticiário tradicional (inicialmente nos jornais de circulação nacionais, depois nos telejornais, emissoras de rádio nacionais e regionais, sites das empresas de comunicação, etc).

Diante desse novo contexto (queda nas pesquisas), os jornais passaram a destacar as mudanças nas estratégias das campanhas dos candidatos à presidência (“Lula determina guinada na campanha de Dilma, que vai explorar privatizações”, *Folha de S.Paulo*, 06/10/10, p. Especial 1). Ao mesmo tempo, os estrategistas de José Serra (PSDB) mudaram seu foco no sentido de aprofundar o debate sobre questões morais e religiosas envolvendo o aborto, como registrou a reportagem que acompanhou as atividades do candidato à vice-presidente da chapa tucana, Índio da Costa (DEM). O texto revelou que durante encontro com mais de 500 lideranças políticas e comunitárias no Rio de Janeiro, foi discutida a estratégia para o segundo turno: “colar em Dilma temas polêmicos” (“Índio pede que classe média não viaje e vote”; ver BRUNO, 2010, p. 12).

Essa constatação está expressa na reportagem do *Estado de S. Paulo* de 2 de outubro, sob o título: “Após polêmica, Dilma caiu entre os evangélicos”. Nela, o jornal apresentou uma pesquisa do IBOPE tendo como recorte a religião declarada do eleitor. Segundo o texto, “a partir do começo

de setembro, a candidata do PT começou a perder apoio entre os evangélicos”. Até então, de acordo com a matéria, a preferência religiosa não era um fator preponderante na escolha do voto. O jornal indica o momento em que esse quadro começa a mudar:

A evolução da rejeição à Dilma mostra que algo novo começou a acontecer no início de setembro. De repente, começou a aumentar o número de eleitores evangélicos que diziam que não votariam na petista de jeito nenhum. Como a rejeição não aumentou nos demais eleitores era sinal de que havia algum problema novo na relação de Dilma com os evangélicos. [...]. Em outras palavras, a polêmica em torno da legalização do aborto pode ter tido um peso maior no refluxo das intenções de voto de Dilma nesta reta final de campanha do que as denúncias de corrupção no governo e os ataques de Lula à imprensa (TOLEDO, 2010 p. A15).

No texto, o colunista reconheceu que a temática dos escândalos políticos foi suplantada pela polêmica do aborto e também que havia outro espaço onde os atores políticos e religiosos atuavam sem os filtros e os controles do campo jornalístico tradicional e as redações dos jornais não estavam com a devida atenção. “A campanha ‘viral’ pela internet foi feita usando vídeos com declarações de Dilma em 2007 e agora. Fato inédito, uma questão religiosa pode ser responsável pelo segundo turno, se ele acontecer” (TOLEDO, 2010 p. A15) .

Exemplos como o citado acima revelam que os jornais “perceberam” que havia algo acontecendo fora de seu campo de atuação (e controle), a partir dos resultados das pesquisas eleitorais. E mais, que essa “novidade” poderia mudar o curso do resultado eleitoral. Nesse contexto, é importante perceber que os temas políticos retratados no noticiário são caracterizados por uma disputa simbólica sobre qual interpretação irá prevalecer na narrativa jornalística cujo resultado diário beneficia certas alocações de valores. Assim, o campo jornalístico pode designar uma importância desigual e valorizar determinadas posições quando decide “quem deve falar, sobre o que e em que circunstâncias” (COOK, 2011, p. 206). O jornalismo não é simplesmente um “espelho do mundo”, mas desempenha um papel na definição de valores.

O conteúdo produzido pelo noticiário pode desempenhar um papel político quando constrói uma realidade a partir de enquadramentos que reforçam determinadas posições ou grupos socialmente dominantes. Esse viés orientou os enquadramentos noticiosos, produzindo um sentido negativo para posições favoráveis à descriminalização do aborto, encaixando-se com a “desvalorização do que é dito e de quem diz” (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 12)



Enquadramentos religiosos: o predomínio de valores conservadores na narrativa sobre o aborto

Os enquadramentos noticiosos envolvendo a descriminalização do aborto nas eleições de 2010 estavam concentrados em dois eixos centrais: um de ordem política, em que predominavam as ênfases nas “estratégias eleitorais” dos candidatos para conquistar o voto dos eleitores religiosos e para a postura “oportunista”, atributo principalmente vinculado à candidata Dilma Rousseff (PT); e outro, concentrado em valores religiosos com ênfase na condenação do aborto por ser uma “prática contrária aos princípios da igreja” e na oposição entre o aborto e “defesa da vida, da família”.

Após a coleta e organização do material, foram estabelecidos os critérios de análise, com a definição da tipologia para as vozes e os oito enquadramentos predominantes, a partir da identificação das principais controvérsias relacionadas ao aborto expressas nos textos jornalísticos e de opinião que compuseram o banco de dados deste trabalho.

A presença constante de determinados grupos no texto é relevante para o “delineamento” do quadro interpretativo dos acontecimentos e a ligação desses acontecimentos com “porta-vozes” que dão significado à narrativa. A tabela abaixo (Tab 1) revela como a presença de determinados atores associado aos enquadramentos noticiosos construíram um conjunto restrito de significados que orientaram a interpretação das mensagens jornalísticas.

**Tabela 1. Vozes predominantes X enquadramento predominante nos textos noticiosos\***

Enqu. predom.	Aborto vai contra princ. da Igreja	Contra aborto = defesa da vida	Contra aborto = defesa da família	Direito ao aborto necess. para auton. plena	Descr. aborto = saúde pública	Candid. mudam posição de forma oportun.	Aborto é parte de estrat. eleitoral	Aborto no debate eleitoral tem efeito conserv.	Total
X Vozes predom. no texto									
Candid. à presid.	5% (6)	3% (4)	0% (0)	0% (0)	7% (9)	16% (19)	63% (75)	4% (5)	35% (118)
Parlam.	12% (1)	12% (1)	0% (0)	0% (0)	0% (0)	0% (0)	62% (5)	0% (0)	2% (8)
Partidos políticos	0% (0)	1% (1)	0% (0)	0% (0)	2% (2)	8% (6)	86% (67)	2% (2)	23% (78)
Igreja/inst	47% (27)	24% (14)	2% (1)	0% (0)	0% (0)	2% (1)	19% (11)	5% (3)	17% (57)
Igreja (parlam.)	7% (1)	7% (1)	0% (0)	0% (0)	0% (0)	0% (0)	77% (10)	7% (1)	4% (13)
Igreja (religioso individ.)	25% (1)	0% (0)	0% (0)	0% (0)	0% (0)	0% (0)	25% (1)	50% (2)	1% (4)
Movim. soc. pró-aborto	0% (0)	0% (0)	0% (0)	0% (0)	100% (6)	0% (0)	0% (0)	0% (0)	2% (6)
Mov. soc. contra aborto	25% (1)	50% (2)	0% (0)	0% (0)	0% (0)	25% (1)	0% (0)	0% (0)	1% (4)
Espec./ pesquis./ univers.	9% (3)	0% (0)	0% (0)	0% (0)	22% (7)	3% (1)	29% (9)	35% (11)	9% (31)
Governo (federal, estadual, munic.)	14% (3)	0% (0)	0% (0)	0% (0)	18% (4)	0% (0)	50% (11)	18% (4)	6% (22)
<b>Total</b>	<b>100% (43)</b>	<b>100% (23)</b>	<b>100% (1)</b>	<b>0% (0)</b>	<b>100% (28)</b>	<b>100% (29)</b>	<b>100% (189)</b>	<b>100% (28)</b>	<b>100% (341)</b>

\* A tabela se refere a 341 textos noticiosos. Foram excluídos 143 textos de opinião e 17 textos em que não houve fonte<sup>8</sup> (68% do universo dos 504 textos presentes nesta pesquisa):

\*Os percentuais no interior dos quadros seguem a linha horizontal

Fonte: a autora.

O recorte na linha horizontal (Tab 1), confirma a concentração das vozes presentes do

noticiário de grupos ligados ao campo político, vocalizados por candidatos à presidência (35%), representantes de partidos políticos (23%) e representantes das igrejas – institucionais ou parlamentares – (21%), totalizando 79% das vozes vinculadas a representantes do campo político e religioso. Ainda pela tabela 1, na coluna vertical, percebe-se a concentração dos textos noticiosos nos enquadramentos em quatro categorias: a) aborto como parte das estratégias dos candidatos na campanha eleitoral (55%); b) seguido da ênfase de que a defesa do aborto é contrária aos princípios da Igreja (13%); c) reforçada pela ideia de que os candidatos mudam de posição de forma oportunista (8%); e d) da noção de que ser contra o aborto é defender a vida (7%). Somados os enquadramentos **b** e **d** a perspectiva religiosa é a segunda ênfase do noticiário, com 20% dos enquadramentos. Os dados demonstram, ainda, a homogeneidade da cobertura tanto das vozes presentes no noticiário quanto do tipo de enquadramento para uma determinada narrativa.

A maior parte das manifestações estava vinculada ao eixo político (ver quadro 1) em que o aborto foi tratado como “parte das estratégias eleitorais” com reportagens registrando encontros dos candidatos com grupos ligados às igrejas e religiosos parlamentares defendendo candidatos, cobrando promessas e compromissos de não alterar a lei vigente sobre o aborto, reforçando o aspecto das estratégias políticas em torno da polêmica.

Já os enquadramentos religiosos, indicam a ênfase na legitimação das posições das igrejas, com os candidatos reafirmando (de forma interessada, sem dúvida) o reconhecimento ou o respeito aos preceitos religiosos. Além disso, o grupo de enquadramentos religiosos materializaram argumentos doutrinários, centrados em valores que favoreceram a “naturalização” de uma cobertura contrária ao direito ao aborto.

A tabela 1 também revela a ausência de vozes no enquadramento *em defesa da descriminalização do aborto como um direito à autonomia da mulher*. Aqui, ficam mais evidentes os limites do pluralismo midiático na produção e difusão de conteúdo. Para um debate plural sobre o tema seria importante uma presença equilibrada de perspectivas envolvidas na controvérsia que pudessem estar presentes na arena noticiosa. No entanto, não foi encontrado nenhum texto nesse enquadramento. Em toda a pesquisa, foram identificados somente quatro textos em que a autonomia da mulher foi o enquadramento predominante, todos em textos de opinião (uma entrevista e duas colunas na *Folha de S.Paulo* e um artigo em *O Globo*). As vozes em favor da descriminalização encontraram espaço e legitimidade somente nos textos noticiosos em que os

enquadramentos estavam vinculados à saúde pública (quadro 1).

## CONCLUSOES

Esta análise é parte de um trabalho de pesquisa de doutorado que tem como objetivo oferecer elementos para ampliar as reflexões teóricas em torno da centralidade dos meios de comunicação e da compreensão sobre como se produziram os contornos e as controvérsias da polêmica sobre o aborto nas eleições de 2010. As conclusões dessa investigação reforçam a importância de se observar como ocorre a construção da agenda noticiosa, entendendo esse processo como o resultado da competição, das interações, das tensões e dos ajustes promovidos entre o campo jornalístico e os agentes com acesso à mídia. Sendo a mídia a arena central para o jogo político, é nesse universo que a agenda pública se realiza.

Mas a produção dessa agenda não é neutra. A narrativa da mídia é construída de forma seletiva, produzida e organizada segundo as regras e o *habitus* do campo jornalístico, por profissionais com competência e legitimidade socialmente reconhecida a partir de valores da prática profissional do jornalismo. Associados a esses mecanismos inerentes à produção jornalística estão os interesses dos conglomerados de comunicação ou compreensões de mundo que orientam o veículo ou sua redação. Embora seja uma esfera autônoma, com interesses, hierarquias e procedimentos próprios, jornalistas e instituições interagem e competem com atores e fontes com os quais se relacionam. Em consequência disso, essa interação é de mão dupla: a mídia tanto pode influenciar as autoridades políticas e dirigentes, como também pode ser tensionada e mobilizada a produzir uma resultante que beneficie certos posicionamentos sociais orientados por agentes com capital político, econômico e simbólico para exercer essa influência.

No entanto, o uso da internet e suas ferramentas de comunicação vêm produzindo pressões e tensões sobre os grupos tradicionais de comunicação de massa e a delimitação das controvérsias têm sido significativamente tensionadas, como ocorreu nas eleições de 2010 contribuindo decisivamente para a definição do aborto como tema central da cobertura eleitoral no segundo turno. Desde 2002, é possível perceber um crescimento importante da internet como ferramenta complementar de comunicação e propagação de conteúdo de interesse das candidaturas à Presidência da República. Em 2010, houve um incremento dessa interferência, com novos eventos produzidos no ambiente da comunicação digital (JAMIL; SAMPAIO, 2011, p. 210; MANTOVANI

2014).

Aqui, entendemos que houve não apenas uma disputa pela definição da agenda noticiosa, mas um embate pela afirmação do campo tradicional da mídia como a esfera legítima para a mediação das trocas simbólicas “públicas”, que foram postas em xeque pelo uso da internet como ferramenta estratégica na disputa “subterrânea” de 2010. Outro aspecto importante que o resultado demonstra é a capacidade da mídia de “permeabilidade” e interação com as tensões e pressões de outros campos, ou agentes com capacidade de disputar a agenda pública. “A tensão entre os diferentes campos, competências e discursos faz com que essas relações sejam marcadas ora pela acomodação e complementaridade, ora por disputas e contradições” (BIROLI; MIGUEL, 2011, p. 63).

Por fim, o predomínio dos argumentos morais nos enquadramentos contrários ao direito ao aborto, com forte reverberação social, é revelador da crescente presença organizada de setores do campo religioso na esfera política com o objetivo de atuar na definição das políticas públicas do Estado. A relevância de determinados posicionamentos das igrejas perante a população transforma-a num ator com influência sobre o debate político. A presença de uma “bancada religiosa” no parlamento produz inevitáveis conflitos com setores laicos e movimentos feministas, defensores da liberação do aborto, ou de movimentos como o LGTB, em defesa da livre orientação sexual. A disputa entre esses grupos na esfera política tradicional (parlamento) vem se revelando desigual e desfavorável para o avanço de conquistas formais vinculadas aos direitos humanos. Essa percepção se expressou no campo jornalístico, onde os atores com acesso e espaço no noticiário estavam majoritariamente vinculados ao campo conservador. Também é possível que as fontes em defesa da descriminalização do aborto tenham evitado expressar publicamente suas posições para não ampliar os prejuízos em torno de uma candidatura que estaria mais vinculada às proposições desses grupos defensores dos direitos humanos. No entanto, o moralismo religioso orientando a cobertura, atenção e destaque dados pela mídia reforçaram valores restritivos à liberdade individual. Nesse processo, o campo jornalístico não apenas refletiu a autoridade e as ideias de determinados grupos como as reforçou com o destaque e a ênfase dados para o assunto no segundo turno.

Tendo clareza de que os resultados dessa observação não são definitivos, tampouco estão alheios às tensões e disputas entre grupos com interesses distintos existentes no interior da sociedade civil, percebemos que os contornos da polêmica que ganhou visibilidade na arena da

mídia envolvendo a temática do aborto e as eleições reforçou representações de gênero que submeteram discussões relevantes como o direito à autonomia da mulher sobre seu corpo a posicionamentos conservadoras, ao moralismo religioso e aos valores masculinos, ainda que jornalistas e mesmo os veículos em suas posições editoriais não fossem necessariamente avessos a uma agenda que promova os direitos humanos e civis. No contexto eleitoral, percebe-se que outros interesses ganharam prioridade.

Além disso, o estudo demonstrou que há uma desigualdade e um “silenciamento” de perspectivas sociais no debate midiático. Em consequência, a sociedade tem limitações para acessar um conjunto de informações diversificadas, o que prejudica a pluralidade de representações em disputa. Se entendermos o discurso da mídia como um espaço privilegiado de disseminação de perspectivas e projetos em conflito na sociedade, esse deveria ser o espaço para a expressão das várias e diferenciadas vozes representantes dos diversos grupos sociais e agrupamentos políticos. Há, portanto, um importante caminho a seguir para garantir ao cidadão a disponibilidade de argumentos e valores diferenciados para o aperfeiçoamento e a consolidação do pluralismo político em nossa sociedade.

1

Doutora pela Universidade de Brasília, Discente, denisemantovani@yahoo.com.br

2 Artigo apresentado no 24º Encontro Nacional da Compós, de 09 a 12 de junho de 2015, Brasília, DF.

3 Tese defendida em setembro de 2014, no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, IPOL/UNB sob o título: “Quem agenda a mídia: um estudo do *agenda-setting* a partir da tematização do aborto nas eleições de 2010”

4 “Evangélicos de Missão” é o nome utilizado pelo IBGE, a partir do censo de 2000, para designar os protestantes tradicionais que compreendem as denominações religiosas: batista, adventista, luterana, presbiteriana, metodista, congregacionista, menonita, anglicana e exército da salvação. De origem europeia, instalaram-se no Brasil no período da imigração no século XIX ou, a partir do século XX, oriundos dos Estados Unidos (JACOB; HEES; WANIEZ, 2013, p. 11).

5 O *protestantismo histórico* é uma denominação vinculada às correntes religiosas diretamente originadas da Reforma Protestante, movimento reformista da Igreja Católica liderado por Martinho Lutero no século XVI. No Brasil, pesquisadores indicam a presença do protestantismo, mesmo que de forma incipiente, já no período do Brasil colônia portuguesa, por volta de 1545. Porém, somente a partir de 1820 os cultos protestantes em língua inglesa começam a ser celebrados no Rio de Janeiro. Em 1824 o protestantismo se espalha para outras províncias do Império com a chegada dos imigrantes alemães e suíços no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais e Espírito Santo (MENDONÇA, 2008, p. 49-52). São representantes dessa corrente as igrejas Luterana, Presbiteriana, Anglicana, Batista e Metodista. Já o termo “pentecostal” foi criado para identificar cristãos de tradição protestante vinculados a um movimento que teve origem nos Estados Unidos no início do século XX, tendo como base segmentos populares e negros. Essa corrente está fundamentada numa interpretação bíblica literal sobre o dia de Pentecostes – o batismo de fogo dos apóstolos –, que também poderia ocorrer entre os fiéis dando-lhes a possibilidade do desenvolvimento de dons carismáticos como a cura, a profecia e glossolalia. No Brasil, as principais igrejas pentecostais são a Congregação Cristã do Brasil (1910), a Assembleia de Deus (1911), o Evangelho Quadrangular e Deus é Amor. Essas igrejas reconhecem os dons espirituais a partir do batismo no Espírito Santo, como a capacidade de “falar línguas estranhas” (MACHADO, 1996, *apud* MACHADO, 2006, p. 09). Os *neopentecostais* são grupos religiosos surgidos a partir da década de 1960, que articulam a

crença no poder do Espírito Santo com ênfase para o louvor. São mais flexíveis na moral, nos usos e costumes e na doutrina teológica. Neste grupo encontra-se a Igreja Universal do Reino de Deus, fundada no Brasil em 1977 pelo bispo Edir Macedo.

<sup>6</sup> No dia 28 de setembro, a *Folha de S.Paulo* publicou os dados de uma pesquisa Datafolha que mostravam a candidata Dilma Rousseff na frente, com 51% das intenções de voto, mas a diferença entre ela e os outros candidatos, que fora de 14 pontos havia duas semanas, “quando surgiu o escândalo na Casa Civil”, agora estava em dois pontos (“Dilma cai em todas as regiões e crescem as chances de segundo turno”; ver DILMA, 2010d).

<sup>7</sup> No caso das igrejas, é plausível que a polêmica PNDH3 (Plano Nacional de Direitos Humanos), lançado em dezembro de 2009, que defendia entre outros assuntos o direito à união civil homoafetiva e a descriminalização do aborto, tenha originado uma mobilização no interior do campo religioso, semeando o ambiente para construir a narrativa antiabortista da disputa eleitoral daquele ano. Embora os meses iniciais de 2010 não faça parte do escopo da pesquisa, é importante considerar esse aspecto como parte do ambiente pré-eleitoral e de mobilização de grupos religiosos para chamar a atenção de seus fiéis contra a temática de direitos humanos, sobretudo contra a descriminalização do aborto e a união civil entre pessoas de mesmo sexo, condenando o governo petista e conclamando os fiéis a não votar na candidata do governo.

<sup>8</sup> São textos informativos sem “aspas” de fontes citadas na matéria.

## BIBLIOGRAFIA

BIROLI, Flávia. Abortion, Gender, and politics in Brazil. In: **World Congress of Political Science**, 23, 2014. Montreal, Quebec, Canadá.

BRITO, Enio José da Costa. Agonia de um modelo. In: SOUZA, Beatriz Muniz; MARTINO, Luis Mauro Sá (Orgs.). **Sociologia da religião e mudança social** : católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2008. p. 37-46.

BRUNO, Cassio. Índio pede que classe média não viaje e vote. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 out. 2010. O País, p. 12.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Protestantismo brasileiro e mudança social. In: SOUZA, Beatriz Muniz de; MARTINO, Luis Mauro Sá (Org.). **Sociologia da religião e mudança social** : católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2008. p. 106-136.

COOK, Timothy E. O jornalismo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 6, p. 203-247, 2011.

DILMA muda discurso para evangélicos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 jul. 2010a. O País, p. 16.

DILMA cai em todas as regiões e crescem as chances de segundo turno. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 28 set. 2010d. Capa.

DILMA tenta frear perda de voto com apelo à militância. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 29 set. 2010e. Capa.

DILMA interrompe queda. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 30 set. 2010f. Capa.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

JACOB, Cesar; HEES, Dora R.; WANIEZ Philippe. **Religião e território no Brasil : 1991/2010**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2013. Disponível em: <[http://www.editora.vrc.puc-rio.br/docs/ebook\\_religio\\_e\\_territorio\\_no\\_brasil\\_1991-2010.pdf](http://www.editora.vrc.puc-rio.br/docs/ebook_religio_e_territorio_no_brasil_1991-2010.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2014.

LULA cobra ajustes na campanha de Dilma. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 06 out. 2010. Capa, p. A2.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 7, p. 25-54, 2012.

\_\_\_\_\_. Discursos pentecostais em torno do aborto e da homossexualidade na sociedade brasileira. **Cultura y Religión: Revista de Sociedades en Transición**, Iquique, v. 3, n. 2, p. 48-68, 2013. Disponível em: <<http://www.revistaculturayreligion.cl/index.php/culturayreligion/article/view/387>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

MARTINO, Luis Mauro Sá. Mediatização da religião e esfera pública nas eleições paulistas de 2012. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 14, Brasília, maio-agosto, 2014, pp 7-26.

MAU sinal. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 jul. 2010. Editorial, p. 15.



MENDONÇA, Antonio Gouvêa. Protestantismo brasileiro, uma breve interpretação histórica. In: In: SOUZA, Beatriz Muniz de; MARTINO, Luis Mauro Sá (Orgs.). **Sociologia da religião e mudança social**: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2008. p. 49 – 79.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Apresentação: dossiê aborto. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 7, p. 19-23, 2012.

\_\_\_\_\_. **Caleidoscópio convexo** : mulheres, política e mídia. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

NUNES, Maria José Rosado. O catolicismo sob o escrutínio da modernidade. In: SOUZA, Beatriz Muniz de; MARTINO, Luis Mauro Sá (Orgs.). **Sociologia da religião e mudança social** : católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2008. p. 22-36.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PIERUCCI, Antonio Flávio. Secularização e declínio do catolicismo. **Sociologia da religião e mudança social**: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2008. p. 13-21.

POLÊMICA do aborto faz Dilma se explicar a líderes cristãos. **O Estado de S. Paulo** , São Paulo, 30 set. 2010. Capa.

PRESSÃO de bispos dá certo e papa interfere na eleição. **O Globo** , Rio de Janeiro, 29 de out. 2010. Capa

RAMOS, Jair de Souza Ramos. Toma que o aborto é teu: a politização do aborto em jornais e na web durante a campanha presidencial de 2010. **Revista Brasileira de Ciência Política** , n.7, Brasília, janeiro – abril de 2012, pp 55-82.

SOUZA, Nivaldo e CARAM, Bernardo. **O Estado de S. Paulo**, 06 out. 2014. Especial, p, H10. Disponível pelo site: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,diap-congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964,1572550>

SUWWAN, Leila. CNBB tira de site texto de bispo contra Dilma. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 jul. 2010. O País, p. 15.

TRAQUINA, Nelson. **O poder do jornalismo** : análise e textos da Teoria do Agendamento. Coimbra: Minerva, 2000.

TOLEDO, José Roberto de. Após polêmica, Dilma caiu entre os evangélicos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 02 out. 2010. Nacional, p. A15.

UM VICE ainda pouco afinado com Serra. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 jul. 2010. O País, p. 12.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa** . Tradução de Karina Jannini. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.